

## APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que abrimos esta nova edição, agora em um patamar superior pelo qual muito batalhamos: a Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo foi qualificada no estrato A4 na recente avaliação do Qualis-CAPES (publicada em dezembro de 2022)!

Bem sabemos que esta vitória não é só nossa, mas de todos aqueles que trabalharam na Revista desde seu início e se mantiveram firmes no intuito de atingir a excelência científica que agora é reconhecida pelo principal órgão da pós-graduação do país, feito único entre as Escolas de MPs de todo o Brasil.

Sabemos que este novo patamar vem também com um nível superior de exigências e de responsabilidades, ao qual esperamos honrar neste próximo período com melhorias em todo processo editorial e na divulgação da revista, de modo a aprimorar a qualidade e relevância social do que publicamos, pois bem sabemos que o fator de impacto em pesquisas diversas é hoje o critério principal dos maiores repositórios de periódicos científicos em todo o mundo.

E, na toada da atual vitória, publicamos com igual orgulho uma edição de fôlego com 210 páginas, com nove artigos científicos inéditos que ora apresentamos, em sua maioria no campo das Ciências Criminais.

A edição é aberta com a pesquisa de Barbara Galvão Antunes Corrêa e de Marcelo Luiz Barone que enfrentam a problemática da pertinência da cadeia de custódia, fazendo um profundo estudo sobre ela. Em seguida, com o estudo “Qual o lugar da verdade no palco do acordo de não-persecução penal?”, o promotor Gabriel Marson Junqueira discorre sobre a difícil articulação entre verdade material e a busca pela adequada pacificação social.

Já em “*Fake news*, proteção de dados e eleições no Brasil: uma análise jurídica” de Flavia Sanna Leal de Meirelles, Liandra Sufiati Marconcini e Rogerio Borba da Silva investigam a chaga da desinformação que envenenou diversas democracias.

Na pesquisa “A responsabilidade penal do indígena e a (i)legitimidade da dupla punição” de Ludmila de Paula Castro Silva, Pedro Pulzatto Peruzzo, Rogério Sanches Cunha e Thiago Rodovalho dos Santos, os autores exploram o tema do pluralismo jurídico e a devida proibição do *bis in idem*, contribuindo para os estudos decoloniais do país.

Os pesquisadores Moisés Geraldo de Oliveira e Bruno do Nascimento Silva fazem um “Ensaio sobre o encarceramento de transgêneros no Brasil” criticando sua estrutura binária de segregação de gêneros.

Os promotores de justiça Carolina Guerra Zanin Lopes e Everton Luiz Zanella na pesquisa “A tese de insignificância no crime de furto” enfrentam tema ainda polêmico, sem descuidar da necessária proteção aos bens jurídicos.

Vladimir Brega Filho, Hirmínia Dorigan de Matos Diniz e Claudio Smirne Diniz destrincham, com a pesquisa “Governança na nova lei de licitações: em busca da integridade nas instituições”, as inovações do novo estatuto racionalizador das contratações da Administração Pública.

Na mesma seara da gestão pública, os pesquisadores Samia Saad Gallotti Bonavides, Valter Foletto Santin e André Del Grossi Assumpção abordam o “Controle externo pelo Ministério Público como componente essencial do direito fundamental à boa governança”.

Por fim, para fechar esta edição, trazemos o relevante tema em interesses difusos “Instrumentos participativos: análise de seu uso em procedimentos ambientais do Ministério Público”, fruto de esforço do grupo de pesquisa do Centro de Estudos em Democracia Ambiental (CEDA) da UFSCar.

Com tais artigos esperamos mais uma vez contribuir para a disseminação do conhecimento, a reflexão e o fortalecimento da atuação institucional do Ministério Público!

Boa leitura!

## **Paulo Sérgio de Oliveira e Costa**

Diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo

## **Mylene Comploier**

Editora-chefe da RJESMPSP e Assessora da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo

## **Ticiane Lorena Natale**

Editora da RJESMPSP